

O PARDO NO BRASIL: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE

Davi Costa Amorim¹, Hélio Márcio Nunes Lacerda², Marcos Danilo Barbosa Pajeú³

¹Estudante do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio – IFTO. e-mail: <davi.amorim@estudante.ifto.edu.br>

²Professor EBTT Letras – IFTO-Câmpus Araguaína. Mestre em Ensino de Língua e Literatura. e-mail: <helio.lacerda@ifto.edu.br>

³Estudante do Curso Técnico em Biotecnologia Integrado ao Ensino Médio – IFTO. e-mail: <marcos.pajeu@estudante.ifto.edu.br>

Resumo: Este trabalho surgiu a partir da implementação da lei 10.639/03 que inseriu o ensino de cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo escolar. Aqui investigamos o processo de branqueamento no Brasil, levando em consideração seus resultados como fatores determinantes para formação de um trauma no imaginário coletivo nacional em relação à autodeclaração. Do ponto de vista metodológico, procedemos da seguinte maneira: aplicamos questionário semi-estruturado com 12 (doze) perguntas relacionadas à temática étnico-racial. Com os dados gerados, passamos a análise, mobilizando alguns teóricos que discutem racismo no Brasil: Moritz (2012) e Ribeiro (2017). A pesquisa aconteceu no IFTO-Câmpus Araguaína com estudantes do Ensino Médio. Os resultados dão possibilidade de teorizar o lugar do indivíduo pardo na sociedade brasileira determinado pela miscigenação.

Palavras-chave: lei 10.639/03, Miscigenação, Pardo, Identidade, Branqueamento.

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho surge a partir da lei 10.639/2003 que tornou obrigatório o ensino de cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo oficial. O Campus Araguaína institucionalizou um núcleo de estudos afro-indígenas onde as pautas sobre direitos humanos possuem lugar privilegiado: o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) foi criado pela portaria 238/2016. Em uma discussão sobre racismo, a partir da obra de Ribeiro (2017) “O que é lugar de fala?”, levantamos a seguinte questão teórica: qual o lugar de fala do sujeito pardo na sociedade brasileira, ou seja, o indivíduo pardo tem um lugar de fala legítimo? Para entender essas questões é importante, primeiramente, discutir o que é ser pardo no Brasil, e se essas pessoas possuem legitimidade social para reivindicar para si seus direitos, logo é necessário buscar os fatores históricos e sociais por trás dessa questão, cabe aqui ressaltar a obra de Lilia Moritz Schwarcz *Nem preto e nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*, em que a autora discute os resultados da miscigenação no Brasil.

Nosso trabalho toca em questões centrais sobre a identidade racial brasileira, uma vez que houve consideráveis esforços durante o século XIX e início do XX, por parte do governo brasileiro para produzir uma unidade nacional que, necessariamente, passava pela construção de símbolos nacionais que fossem compartilhados por seus con-cidadãos. Os símbolos principais se pautaram na miscigenação e na construção da “Democracia Racial” com lugar privilegiado para a mistura, o mulato, numa palavra, no sujeito pardo. Houve, porém, razoável apelo para o embranquecimento, visto naquela época como possível solução para melhorar a “raça brasileira”.

O termo branqueamento pode ser entendido de duas formas, sendo estas um modo de assimilação cultural dos grupos não brancos e pela perda de modos da cultura local ou um processo de “clareamento” da população brasileira. A elite nacional juntamente com os intelectuais da época apoiaram a ideia da superioridade dos brancos sobre outras raças, conforme as definições de raça foram dadas pela comunidade científica (HOFBAUER, 1999). Pessoas de origem italiana, alemã, portuguesa, polonesa, dentre outras nacionalidades eram incentivadas pelo governo brasileiro, à época, liderados por Dom Pedro I, a vinda de europeus para o Brasil, oferecendo emprego, terras, ferramentas de trabalho.

Contudo a eugenia no Brasil possuiu um significado diferente daquele adotado na Europa. Enquanto os europeus entendiam que este processo de miscigenação era uma degeneração das raças e que traria consequências ruins para o desenvolvimento evolutivo da espécie humana, no Brasil a intenção era de branquear a população por meio dessa mistura. Fazendo assim que as próximas gerações fossem completamente brancas. A população de mestiço do novo desenvolvimento era classificada de acordo com seu grau de branquitude, sendo quase-branco, semi-branco ou sub-branco (DOMINGUES, 2002).

Aqui, este processo de miscigenação parece ter alcançado razoável sucesso, isso se deve ao fato de que a população era influenciada a crer que só alcançariam seu desenvolvimento social, intelectual e econômico quanto mais “claro” fossem os cidadãos. Entre os afro-descendentes da época, a tese era fortemente acatada, pois o fenótipo negro era algo que ninguém gostaria de repassar para futuras gerações (MACIEL, 1999).

É na esteira do embranquecimento como política de Estado que nosso trabalho se inscreve, para pensar em que medida os resquícios do discurso do branqueamento se fazem presente - ou não - em nossa sociedade. Assim, investigamos aqui, se o acesso ao debate sobre o racismo no IFTO, a partir do NEABI, podem, senão mudar os conceitos pré-moldados de “pardo”, ao menos questioná-lo. Para isso utilizamos um questionário nas três séries de ensino médio, buscando analisar se durante os três anos na instituição tendo contato com a temática, os alunos já refletiram ou até mesmo alteraram a ideia de pardo.

2 METODOLOGIA

No que diz respeito a metodologia, procedemos a partir da elaboração de um formulário semi-estruturado, gerando dados qualitativos e quantitativos, aplicado às turmas de primeiro, segundo e terceiro ano de ensino médio integrado ao curso técnico de informática e biotecnologia, contando com 12 perguntas que buscaram entender a visão dos alunos sobre mestiçagem no Brasil, e realizamos uma análise dos resultados, onde aqui utilizamos somente dos resultados quantitativos expressos em gráficos.

Utilizamos também a leitura de autores contemporâneos, como Ribeiro (2017), com seu livro “O que é lugar de fala?”, e de Lilia Moritz Schwarcz, “Nem preto e nem branco, muito pelo contrário” (2012). Leituras estas que investigam o lugar dos indivíduos negros e pardos como base teórica para discutir a miscigenação à brasileira.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como descrito anteriormente, o objetivo da miscigenação no Brasil divergia do conceito europeu, esses utilizavam fatores deterministas como critério de julgamento sobre os povos não-europeus e o Brasil se encaixava perfeitamente como um imenso laboratório racial. Nessa visão cabia às populações brasileiras uma degeneração, não só física, mas também mental.

No Brasil a mistura das raças era a última salvação da nação, com ideal de limpar, ou mesmo purificar as futuras gerações, o que pode ser visto na obra de Modesto Brocos “A redenção de Cam”. Naquela tela se encontram quatro figuras, uma senhora negra que comemora o nascimento de uma criança branca, uma mulher mulata que segura seu filho como prêmio, e um pai branco que tem postura e olhar altivo. O branqueamento se desenha, então, como uma premissa natural e irreversível - um dado da natureza contra o qual não havia como fugir, em uma palavra, um destino manifesto e inescapável. Apesar disso, o fenômeno da miscigenação no Brasil vai além do cruzamento de duas raças, é um processo histórico dolorido e sustentado em políticas públicas pautadas em teorias eugênicas do século XIX que seguem influenciando a identidade brasileira.

Aplicado o formulário para turmas do ensino médio, obtivemos os seguintes resultados que nos possibilitam discutir os resultados da miscigenação no Brasil:

Gráfico 1 - Como você se autodeclara

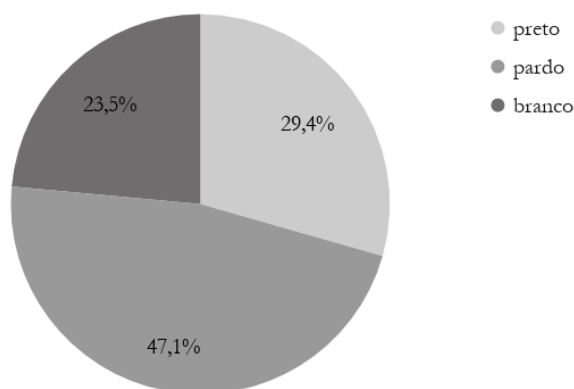
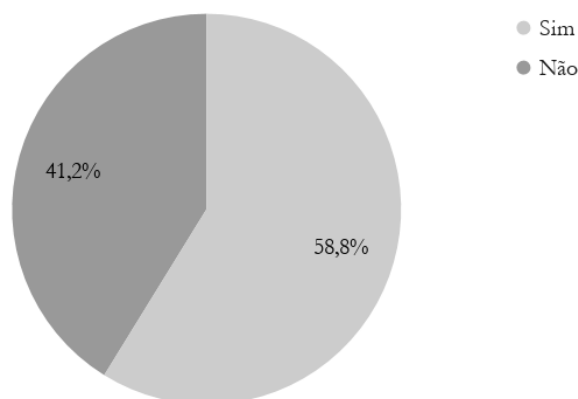


Gráfico 2 - Para você, pardo significa o mesmo que outros termos como moreno, mulato, bronzeado, "cor de jambo" e etc. ?



Analisando os resultados do gráfico 1, faz-se necessário questionar o fator autodeclaração X autorreconhecimento. No sentido de autodeclaração é fato que a maioria dos entrevistados se declaram como pardos, o que parece ser uma tendência da sociedade brasileira num geral. Cabe aqui refletir sobre como o papel do governo de tentar classificar os cidadãos brasileiros em uma escala que passa por branco, preto, pardo, amarelo e indígena, o que parece enfatizar a sensação de não pertencimento dos mestiços no Brasil, sendo a condição de pardo "aquele que não é branco e nem preto", já que essa condição oferece certo conforto - não se é negro felizmente, mas não se é branco infelizmente -, o que historicamente representa um trauma no imaginário coletivo nacional, talvez por gerar razoável sentimento de deslocamento, o que pode ser comprovado no gráfico 2, em que 58,8% dos entrevistados dizem que a palavra pardo possui o mesmo significado que outros termos como moreno, cor de jambo, bronzeado e etc., comumente utilizados como meio de fugir das definições padrão.

Nesse imaginário coletivo o termo pardo e suas variantes aparecem como uma banalidade que servem para todos aqueles que não se encaixam numa condição binária de raça e cor, imagem essa fortalecida com a inclusão do termo pardo pelo IBGE, gerando assim, desde 1950 uma queda drástica no censo de brancos e pretos.

Conceituar o pardo no Brasil é delimitar os resultados desse fenômeno da miscigenação brasileira: uma confusão racial que foi criada por políticas públicas a partir de 1930 que tiveram o interesse de construir uma "identidade autêntica brasileira", já que, a partir daí, o Brasil passa a ter orgulho de ser o país mulato-miscigenado, mas no fundo o que se fez foi encaixar costumes e festas das populações, não levando em consideração o lugar de corpos negros, por exemplo, na sociedade brasileira, que estavam há 42 anos alforriados mas não foram inseridos nas prioridades do Estado Brasileiro.

Gráfico 3 - Você já participou de algum grupo (como o NEABI) que debate a temática racismo, movimento negro ou algo do gênero?

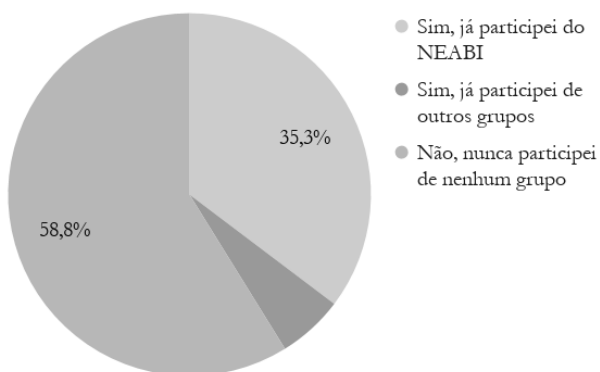
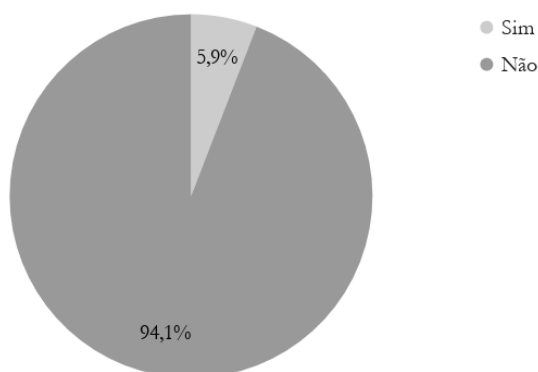


Gráfico 4 -Na sua vida escolar em algum momento foi-se discutido sobre mestiçagem, em especial sobre ser pardo?



Entendendo a confusão por trás do termo pardo como algo estrutural, criada nos primeiros anos de formação dentro das famílias, podemos traçar uma relação entre os dados do gráfico 3 e 4. O gráfico 3 revela que dos dezessete alunos do Instituto federal, instituição essa que possui um núcleo de estudos étnicos-raciais, 58,8% afirmaram nunca ter participado de nenhum grupo de debate sobre racismo ou movimento negro, o que mostra como ainda é encarecida a discussão sobre a mestiçagem, até mesmo em instituições com meios específicos para tal. No grupo de entrevistados do primeiro ano, o resultado é o mais interessante, dentre os seis entrevistados, somente um aluno participou de um grupo que debate a temática racismo, e nesse caso não se trata do NEABI.

Os resultados do gráfico 4 reforçam esse precariedade da discussão sobre mestiçagem nas escolas, em que 94,1% dos entrevistados afirmam nunca terem discutido mestiçagem em toda a vida escolar. Tais resultados nos levam a questionar o que já foi citado a cima, como o Brasil pode assumir

a identidade de nação miscigenada, se nem ao menos na base de formação dos cidadãos, no caso a escola, se debate sobre formação dessa ideia de país mulato. Nesse sentido a escola, talvez, pudesse atuar como intermediário entre os alunos e o autorreconhecimento, produzindo espaços de reflexão e questionando seu lugar no mapa da mestiçagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, questionar a identidade racial que se dá ao pardo é também questionar os fatores da própria formação da identidade nacional, influenciados pelo lugar do preto em relação ao branco e como essa relação de poder foi determinante para os colonizadores europeus tentar apagar os traços fenotípicos e culturais dos demais povos das matrizes africanas e indígenas. Dito de outro modo, a sociedade brasileira se pautou em teorias deterministas para realizar uma miscigenação branqueadora no território, objetivando apagar os fenótipos negros através da reprodução inter-racial.

O objetivo da pesquisa era questionar se o acesso a espaços de debates sobre racismo poderiam levar a uma reflexão dos conceitos pré moldados sobre termo pardo. Para isso utilizamos materiais teóricos e resultados de uma pesquisa de campo, que, somados, nos mostraram como a falta de acesso ao debate perpetua uma banalização do processo histórico da miscigenação, portanto comprova-se que mesmo no Instituto Federal do Tocantins, com o NEABI, é necessário que se discuta especificamente a miscigenação além dos grupos de estudos, mas nas salas de aula, para que, aos poucos, os pilares de autorreconhecimento racial sejam baseadas em entendimento individual do seu lugar na sociedade, levando em consideração o contexto histórico, e que assim o pardo no Brasil possa ser não só um meio termo, mas um indivíduo consciente de si.

REFERÊNCIAS

- DOMINGUES, Petrônio José (2002). **Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930.** Estud. afro-asiát. vol.24 no.3 Rio de Janeiro 2002.
- HOFBAUER, Andreas (1999). **Uma História de Branqueamento ou o Negro em Questão.** Tese de Doutorado, São Paulo, FFLCH/USP.
- MACIEL, Maria Eunice (1999) **A eugenia no Brasil.** Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul 1999.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade.** In: História da vida privada no Brasil : contrastes da intimidade contemporânea[S.l: s.n.], 1998.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Espectáculo da miscigenação.** Estud. av., São Paulo , v. 8, n. 20, p. 137-152, Apr. 1994 .